



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
CURSO DE GESTÃO PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

ELIANDRA SILVA DOS SANTOS

**ENTIDADES DE APOIO A AGRICULTURA FAMILIAR: UM ESTUDO COM
OS PRODUTORES DA FEIRA DA AGRICULTURA FAMILIAR DA UFOPA**

**SANTARÉM
2024**

ELIANDRA SILVA DOS SANTOS

**ENTIDADES DE APOIO A AGRICULTURA FAMILIAR: UM ESTUDO COM
OS PRODUTORES DA FEIRA DA AGRICULTURA FAMILIAR DA UFOPA**

Monografia apresentada no Instituto de
Ciências da Sociedade da UFOPA
como requisito básico para conclusão
do Curso de Gestão Pública e
Desenvolvimento Regional

Orientadora: Dra. Zilda Joaquina
Cohen Gama dos Santos

**SANTARÉM
2024**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/UFOPA

S237e Santos, Eliandra Silva dos

Entidades de apoio a agricultura familiar: um estudo com os produtores da feira da agricultura familiar da UFOPA. / Eliandra Silva dos Santos. - Santarém, 2024.

42 p. : il.

Inclui bibliografias.

Orientadora: Zilda Joaquina Cohen Gama dos Santos.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Instituto de Ciências da Sociedade, Bacharelado em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional.

1. Agricultura familiar. 2. Entidades de apoio. 3. Produtores. I. Santos, Zilda Joaquina Cohen Gama dos, *orient.* II. Título.

CDD: 23 ed. 338.1098115

ELIANDRA SILVA DOS SANTOS

**ENTIDADES DE APOIO A AGRICULTURA FAMILIAR: UM ESTUDO COM
OS PRODUTORES DA FEIRA DA AGRICULTURA FAMILIAR DA UFOPA**

Monografia apresentada no Instituto
de Ciências da Sociedade da UFOPA
como requisito básico para conclusão
do Curso de Gestão Pública e
Desenvolvimento Regional

Orientadora: Dra. Zilda Joaquina
Cohen Gama dos Santos

Conceito:

Data de Aprovação: ____/____/____

Prof^a. Dr^a. Zilda Joaquina Cohen Gama dos Santos
ICS – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luiz Gonzaga Feijão da Silva
ICS – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr^a. Giselle Alves da Silva
ICS – Universidade Federal do Oeste do Pará

、

、



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
PROGRAMA DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
CURSO DE BACHARELADO EM GESTÃO PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

**ATA DE DEFESA PÚBLICA DE MONOGRAFIA DO CURSO DE BACHARELADO EM
GESTÃO PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

No vigésimo dia do mês de maio de dois mil e vinte quatro, às nove horas, realizou-se a Defesa Pública *on-line*, por meio da plataforma GoogleMeet (link: meet.google.com/cee-wvbx-sra), da Monografia do(a) acadêmico(a) **Eliandra Silva dos Santos** (matrícula: 2019008446), intitulada **Entidades de apoio à agricultura familiar: um estudo com os produtores da Feira da Agricultura Familiar da Ufopa** sob orientação do(a) Prof.(a) Zilda Joaquina Cohen Gama dos Santos que compôs a banca examinadora com os professores Giselle Alves da Silva e Luiz Gonzaga Feijão da Silva. O(a) presidente fez a abertura do trabalho com a apresentação dos componentes da banca e do(a) discente e atribuiu o tempo de vinte e cinco a trinta minutos para a apresentação do trabalho. Após a apresentação, seguiu-se a arguição e as respostas. Posteriormente, os membros da banca fizeram suas considerações finais passando a palavra para o(a) discente que efetuou seus agradecimentos. A comissão reuniu-se e apresentou o parecer final com a nota 9. Nada mais havendo a tratar, eu, Prof.(a) Zilda Joaquina Cohen Gama dos Santos, lavrei a presente ata que, após ser lida, será assinada pelos membros da banca.

Prof.(a) Zilda Joaquina Cohen Gama dos Santos – Orientadora

Documento assinado digitalmente
gov.br ZILDA JOAQUINA COHEN GAMA DOS SANTOS
Data: 20/05/2024 10:55:36-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.(a) Giselle Alves da Silva – Membro da banca

Documento assinado digitalmente
gov.br GISELLE ALVES SILVA
Data: 20/05/2024 12:11:01-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.(a) Luiz Gonzaga Feijão da Silva – Membro da banca

Documento assinado digitalmente
gov.br LUIZ GONZAGA FEIJAO DA SILVA
Data: 20/05/2024 11:04:56-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Eliandra Silva dos Santos – Discente

Documento assinado digitalmente
gov.br ELIANDRA SILVA DOS SANTOS
Data: 22/05/2024 02:07:59-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

AGRADECIMENTOS

Ao decorrer da minha trajetória dentro da universidade, até esse momento, o qual eu considero um divisor de águas, houve vários momentos de desânimo e frustrações, porém ocorreram momentos muito bons também, onde eu me sentia capaz e confiante. E durante toda essa trajetória eu pude contar primeiramente com o meu Deus e o Espírito Santo, meu consolador. À eles toda minha gratidão sempre. Ao finalizar este trabalho, quero agradecer imensamente a Dra. Zilda Gama, minha orientadora, a qual encarou este grande desafio comigo, não foram dias fáceis, pensei em desistir, entrei em desespero, mas, o meu senhor, estava cuidando de tudo. Obrigada professora, por toda paciência e disponibilidade.

Não posso deixar de agradecer também a toda minha família que durante todos esses anos morando em outra cidade, nunca me deixarem ter o sentimento de solidão, sempre estavam me incentivando e me ajudando como podiam. Quero destacar aqui, meus pais e meus irmãos, sem vocês eu não conseguiria. Ao meu esposo, meu muito obrigada, por toda parceria de todos esses anos. Aos meus amigos, também externalizo minha gratidão, vocês foram necessários e fundamentais para eu suportar passar por todo esse processo. Agradeço também aos meus líderes, Idalice e Bruno. Sempre estiveram em oração pela minha vida.

Quero agradecer também a todos meus professores do curso de gestão pública, por todos os ensinamentos e parceria. Quero destacar aqui, a Dra. Giselle Alves, que me apresentou o projeto e sempre me deu suporte na minha vida acadêmica. Por fim, agradeço também ao grupo de produtores, o qual eu convivi por um ano. Agradeço pela troca de parceria e respeito. Todos se dispuseram a contribuir em minha pesquisa, respondendo o formulário. Deixo aqui o meu muito obrigada!!

RESUMO

O presente trabalho foi realizado nas limitações do projeto de extensão, O Fortalecimento da Agricultura Familiar, o qual a autora participou como voluntária. O projeto concede aos produtores suporte e espaço para a comercialização dos seus produtos. E é da importância desse apoio, não só da Universidade, mas também de outras entidades que a autora irá dissertar. O objetivo da presente pesquisa é mapear as entidades de apoio à Agricultura Familiar em Santarém, a partir do olhar dos produtores que participam da Feira da Agricultura Familiar da Ufopa (FAF-UFOPA), projeto de extensão desenvolvido no âmbito do Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários (Iecosol). A metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa foi a abordagem qualitativa, com aplicação de formulário em uma amostra de 10 produtores que participam do Projeto. Os resultados mostram que as principais entidades de apoio são Ufopa, STTR e Emater. Destaca-se, ainda, a ONG Projeto Saúde e Alegria, que também foi reconhecida pelos produtores como uma entidade de muita importância para a AF na região.

Palavras-Chave: Agricultura Familiar; Entidades de apoio; Produtores

ABSTRACT

The present work was carried out within the limitations of the extension project, Strengthening Family Agriculture, in which the author participated as a volunteer. The project provides producers with support and space to sell their products. And this support is important, not only from the University, but also from other entities that the author will talk about. The objective of this research is to map the entities that support Family Farming in Santarém, from the perspective of producers who participate in the Ufopa Family Farming Fair (FAF-UFOPA), an extension project developed within the scope of the Solidarity Economic Enterprises Incubator (Iecosol). The methodology used to develop the research was a qualitative approach, with the application of a form to a sample of 10 producers participating in the Project. The results show that the main support entities are Ufopa, STTR and Emater. Also noteworthy is the NGO Projeto Saúde e Alegria, which was also recognized by producers as an entity of great importance for AF in the region.

Keywords: Family Farming; Support entities; Producers

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Outras organizações de apoio.....	33
Quadro 1- O que poderia ser feito pelas entidades de apoio?.....	34

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Filiação ao STTR.....	25
Gráfico 2- Participação em associação.....	27
Gráfico 3- Participação em cooperativa.....	29
Gráfico 4- Organizações de apoio a AF.....	31

LISTA DE SIGLAS

AF	Agricultura Familiar
AIPI	Associação Indígena Patauí
AMABELA	Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Belterra
AMBAPEM	Associação Pérola do Maicá
AMTR	Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais
APRUSAN	Associação de Produtores Rurais de Santarém
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BMT	Bloco Modular Tapajós
CFRB	Casa Familiar Rural
CITA	Conselho Indígena Tapajós e Arapiuns
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CTIC	Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação
EAFs	Entidades de Apoio e Fomento à Economia Solidária
EES	Empreendimentos Econômicos Solidários
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAF	Feira da Agricultura Familiar
FETRAF	Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
IECOSOL	Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários
MDA	Ministério de Desenvolvimento Agrário
ONG	Organização Não Governamental
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PROCCE	Pró-Reitoria da comunidade e Extensão
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSA	Projeto Saúde e Alegria
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SAF	Secretaria de Agricultura Familiar
STTR	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
UFOPA	Universidade Federal do Oeste do Pará
UFRA	Universidade Federal Rural da Amazônia

SUMÁRIO

1	
INTRODUÇÃO.....	10
2 REVISÃO DA LITERATURA.....	13
2.1 Agricultura Familiar.....	13
2.2 Entidades de apoio à Agricultura Familiar.....	16
3 METODOLOGIA.....	20
3.1 Tipo de pesquisa.....	20
3.2 Público alvo.....	21
3.3 Instrumentos e Técnicas utilizados na coleta de dados.....	23
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	25
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	38

1 INTRODUÇÃO

Para compreender a importância das entidades de apoio à Agricultura Familiar é indispensável entender o surgimento da agricultura e o processo de evolução. Para isso deve-se lembrar que os primeiros habitantes da humanidade não tinham acesso a supermercados e dependiam de alimentos vindos da terra. Nesse período, ainda não havia o cultivo da agricultura, pois eles apenas retiravam alimentos da terra. Porém, com o fim da era nômade, onde os homens começaram a se estabelecer de forma fixa em terrenos, começaram as pequenas plantações. Para Lima, Silva e Iwata (2019), a agricultura, enquanto prática de sobrevivência da sociedade, surge quando algumas condições que se materializam tais como: mudança no modelo de consumo alimentar e novos instrumentos de trabalho para coleta e armazenagem. Essas primeiras formas de agricultura eram certamente praticadas perto de moradias e aluviões das vazantes dos rios, ou seja, terras já fertilizadas que não exigiam serem desmatadas.

Para Picolotto (2014), especialmente nas duas últimas décadas, vem ocorrendo um processo complexo de construção da categoria agricultura familiar, enquanto modelo de agricultura e como identidade política de grupos de agricultores. Schneider e Cassol (2014) discorrem que há certo consenso entre os estudiosos de que a institucionalização do Pronaf e os aumentos sucessivos nos valores de crédito disponibilizados a partir de 1998 fizeram que a agricultura familiar passasse a ser conhecida, socialmente reconhecida e politicamente legitimada pelo Estado. Historicamente, o processo de consolidação da Agricultura Familiar foi um processo longo. Para se estabelecer no mercado de forma sólida, e se manter firme como nos dias de hoje, houve um longo período de persistência e luta por parte dos produtores.

Picolotto (2014) descreve, ainda, que o reconhecimento da agricultura familiar se deu no país de três etapas: a primeira ele caracteriza com o aumento de sua importância política e dos atores que se destacaram como seus legítimos representantes; a segunda fase, destaca o reconhecimento institucional propiciado pela definição de espaços no Estado, a criação de políticas públicas,

e a consolidação da lei da Agricultura Familiar; e a última etapa, é descrita por ele como sendo o período de reversão das valorações negativas que eram atribuídas a este modelo de agricultura, tais como atrasada, ineficiente e inadequada.

Grisa e Schneider (2014) alegam que mudanças importantes ocorreram no cenário político institucional e nas dinâmicas sociais nos últimos 20 anos no Brasil, para eles, o período recente que compreende as três últimas décadas, foram marcados por novas relações entre Estado e sociedade civil, onde surgem espaços para participações sociais. Ainda neste período, estes autores afirmam que novos atores políticos emergiram e foram reconhecidos como sujeitos de direito, além da criação de regras e instrumentos de política pública que foram institucionalizados. Como protagonista e objeto de muitas destas mudanças destaca-se a agricultura familiar, uma categoria social e política que passou a ser reconhecida pelo Estado brasileiro em meados de 1990.

Apesar de já se observar um avanço no reconhecimento desse meio de produção, para haver apoios e incentivos governamentais, houve um longo processo. Mattei (2014) confirma, ao dissertar que, todavia, ao longo de todo período imperial, e também nos períodos subsequentes, este tipo de agricultura não recebeu praticamente nenhum apoio governamental para se desenvolver adequadamente. Ainda que a necessidade de apoio para o desenvolvimento das atividades agrícolas fosse algo notório, houve demora. Mattei (2014) afirma que até o início da década de 1990 não existia nenhum tipo de política pública, com abrangência nacional, voltada ao atendimento das necessidades específicas do segmento social de agricultores familiares e que inclusive, esse grupo era caracterizado de modo meramente instrumental e bastante impreciso no âmbito da burocracia estatal brasileira.

Com as transformações e mudanças de cenários, os produtores já não tinham plantações apenas para seus próprios consumos, mas também para comercialização. E diante da falta de assistência, havia muitas insatisfações e cobranças por parte dos produtores, que lutavam por políticas voltadas para suas plantações e colheitas, políticas que favorecessem uma consolidação no mercado. Nesta ocasião, o número de agricultores familiares no Brasil, já era grande. Passaram então a se organizar em associações. Mattei (2014), vai

discorrer que com esse novo cenário, estabelece-se em 1996, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), um programa que surge para atender a reivindicação que já se estendiam por um longo período, insatisfações vindas das organizações dos trabalhadores rurais, as quais requeriam a formulação e a implantação de políticas de desenvolvimento rural específicas para o maior segmento da agricultura brasileira. Mas apesar da grandeza desse segmento, era o mais necessitado em termos de capacidade técnica e de inserção nos mercados agropecuários.

Mediante ao histórico de lutas por reconhecimento e persistência que foi descrito, justifico a escolha desse tema como sendo um assunto indispensável a ser falado. É preciso reconhecer as entidades que apoiam a Agricultura Familiar e compreender a importância delas para as conquistas e trajetórias desse grupo social tão importante para nossa sociedade. Entendendo a relevância do assunto, o presente trabalho traz como problema: Quais as entidades de apoio à Agricultura Familiar mais importantes para os agricultores familiares que participam da Feira da Agricultura Familiar da Ufopa? Esse questionamento será respondido ao final deste trabalho.

Reside nessa realidade o objetivo do presente trabalho de mapear as entidades de apoio à Agricultura Familiar em Santarém, a partir do olhar dos produtores que participam da Feira da Agricultura Familiar da Ufopa.

Ressalta-se ainda, que a autora atuou como voluntária no Projeto de Extensão Feira da Agricultura Familiar da Ufopa onde pode desenvolver o presente questionamento e também conviver com o público alvo da pesquisa.

Além desta introdução, a presente monografia está estruturada em mais quatro capítulos, sendo eles o que aborda a Agricultura Familiar e as Entidades de apoio, o que trata da metodologia do estudo, o que traz os resultados e discussões e, por fim, o que apresenta as considerações finais do trabalho.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Este capítulo está dividido em dois subtópicos: Agricultura Familiar e Entidades Organizativas, trata-se de uma revisão da literatura que busca a introdução às categorias analíticas que sustentam teoricamente o trabalho.

2.1 Agricultura Familiar

A Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, lei da agricultura familiar, define como agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: i) não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; ii) utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; iii) tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; iv) dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. Mas, de fato, o que caracteriza esse setor é uma gestão da propriedade compartilhada pela família e a atividade agropecuária como principal fonte geradora de renda. De acordo com Lima et. al (2019, p. 51).

A agricultura compreende a atividade econômica responsável pela produção de alimentos que ao longo da história da humanidade ocupou as terras férteis de vales de rios e posteriormente, desenvolveu técnicas e procedimentos que tornam os solos mais produtivos, buscando sempre uma maior produtividade. Com o advento da indústria e o fortalecimento das cidades, a agricultura tornou-se um setor dependente das inovações técnicas industriais e estabeleceu-se uma interdependência entre os setores. É a agricultura que gera o alimento consumido por toda a população, seja essa população rural ou urbana.

Para Mattei (2014, p. 85) a agricultura familiar é um modo de cultivo sustentável, com diversos pontos positivos para a sociedade e natureza:

Apesar de sofrer perdas de renda e ter dificuldades de acesso aos benefícios das políticas públicas, esta é uma forma de produção que procura estabelecer sistemas produtivos focados na biodiversidade, na valorização do trabalho familiar, na inclusão de jovens e de mulheres, na produção de alimentos destinados à segurança alimentar e nutricional da população brasileira e na promoção da democratização do acesso à terra e aos demais meios de produção, como estratégia de construção do desenvolvimento rural sustentável.

A agricultura familiar veio conquistando seu espaço no território brasileiro por seu modo de cultivo e por sua sustentabilidade. O reconhecimento

conferido à agricultura familiar e a construção de políticas diferenciadas para um vasto grupo social que até então não havia sido contemplado com ações específicas não foram mudanças triviais, e é por isto que ganharam repercussão no cenário nacional e internacional. Grisa e Scheneider (2014, p. 126/127) descrevem acerca da grande conquista desse grupo social assegurada em constituição:

Iniciando uma nova trajetória para a categoria social, a Constituição de 1988 incitou novos espaços de participação social e reconheceu direitos; a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura (Pronaf) em 1995 desencadeou a emergência de outras políticas diferenciadas de desenvolvimento rural; a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 1999, e da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) no interior deste em 2001, institucionalizaram a dualidade da estrutura agrária e fundiária no País; e em 2006, foi regulamentada a Lei da Agricultura Familiar que reconheceu a categoria social, definiu sua estrutura conceitual e passou a balizar as políticas públicas para este grupo social.

Picolotto (2014) alega que, por meio de uma luta simbólica movida pelo sindicalismo, por setores acadêmicos e do Estado, a agricultura familiar passou a ser associada com adjetivos considerados positivos, tais como: moderna, eficiente, sustentável, solidária e produtora de alimentos. Este meio de agricultura tem grande relevância por produzir e levar alimentos saudáveis a todo país, além de ser a principal fonte de renda de muitas famílias.

O reconhecimento da agricultura familiar no país tem se dado de três formas principais, distintas, mas complementares entre si. A primeira diz respeito ao aumento de sua importância política e dos atores que se constituíram como seus representantes (com a formação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf) como organização específica de agricultores familiares e, de outro lado, com a reorientação política da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), que a partir de meados dos anos 1990, passou a fazer uso da categoria agricultor familiar). A segunda se refere ao reconhecimento institucional propiciado pela definição de espaços no Estado, criação de políticas públicas e pela Lei da Agricultura Familiar. E a terceira advém do trabalho de reversão das valorações negativas que eram atribuídas a este modelo de agricultura, tais como: atrasada, ineficiente e inadequada. (PICOLOTTO, 2014, p. 2)

O pesquisador Mattei, ao concluir seu trabalho intitulado “O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural Brasileiro contemporâneo”, em 2014, destaca que:

Em primeiro lugar, deve-se registrar os resultados extremamente positivos obtidos pela agricultura familiar em termos produtivos, especialmente no que concerne à produção de alimentos básicos. Na recente crise econômica foi possível se observar que a disponibilidade interna de alimentos para o conjunto da população tornou-se um fator

decisivo no controle inflacionário, bem como contribuiu positivamente no sentido de equilibrar a balança comercial. Em segundo lugar, deve-se ressaltar, também, o papel relevante da agricultura familiar no sentido de manter grande parte das ocupações rurais sob sua responsabilidade. Os dados do último Censo Agropecuário confirmam essa tendência, uma vez que mais de três quartos de todas as ocupações existentes atualmente no meio rural do país estão vinculadas diretamente ao sistema familiar de produção. Em terceiro lugar, é importante realçar o papel decisivo que a agricultura familiar desempenha para além dos aspectos meramente produtivos. Assim, em regiões em que predomina este tipo de agricultura são gritantes as diferenças, comparativamente às áreas dominadas pelo agronegócio, cujo centro dinâmico é dado pelas commodities produzidas em larga escala e voltadas aos mercados internacionais. Duas diferenças são visíveis: a maior preservação dos recursos naturais e um espaço físico ocupado com gente (MATEI, 2014, p. 90).

A agricultura de base familiar na história brasileira, quando pensada do ponto de vista da sua importância socioeconômica, foi relegada pelo Estado e pelos setores dominantes a uma condição subsidiária aos interesses da grande exploração agropecuária. A invisibilidade socioeconômica e política da agricultura de base familiar foi fruto de um longo processo de subjugação e, em muitos casos, de dependência da grande agricultura de exportação (PICOLOTTO, 2014).

Grisa e Schneider (2014, p. 138) discorrem sobre a incompatibilidade dos preços dos alimentos com o poder aquisitivo da maioria da população e da exclusão da população pobre do mercado, esses autores afirmam que:

Para alterar este cenário, foi proposto um conjunto de políticas estruturais que visavam melhorias na renda e o aumento da oferta de alimentos básicos, ou seja, era preciso mudanças na “ponta” da produção, conferindo prioridade à agricultura familiar, e na “ponta” do consumo, de preferência articulando-as.

Após conceituar-se e ter conhecimento do processo histórico e de evolução da agricultura familiar no Brasil, nota-se que essa é uma forma não somente de cultivar, mas também de afirmação, pois para se ter o reconhecimento hoje e ser assegurada em lei, houve um processo muito longo de luta e resistência dos pequenos produtores, os quais não tinham políticas públicas voltadas para si, como se tem hoje. Neste sentido, o próximo subtópico irá trazer conceitos e referências sobre as entidades organizativas que apoiam a prática da agricultura familiar no Brasil. Além de reforçar a importância do apoio recebido.

2.2 Entidades de apoio à Agricultura Familiar

O mundo do trabalho no Brasil vai muito além das relações assalariadas de mercado, que são as formas típicas e características do modo de regulação capitalista. Outras formas de trabalho têm ganhado força no país, trabalhos que vão além de compras e vendas de serviços, e estão mais voltados para a relação de cliente e vendedor. Fatores estruturais, como o enfraquecimento do peso do emprego industrial no total de ocupação na economia e a precarização dos postos de trabalho ao longo dos últimos anos, evidenciaram ainda mais essa realidade heterogênea das formas de ocupação laboral (SILVA, 2020).

Neste contexto, encontram-se alguns grupos sociais que Gaiger (2014, *apud* Silva, 2020, p. 153,154) define como:

- 1) Grupos informais: demonstram situação de maior precariedade econômica, concernente ao desemprego e insuficiência de renda, com menor incidência em objetivos de financiamento ou de ação reativa provocada por políticas públicas.
- 2) Associações: relacionam-se mais frequentemente com fatores externos e políticas de apoio, financiamento, assistência social ou outras.
- 3) Cooperativas: respondem a motivações mais variadas, principalmente de ganhos maiores para os sócios e de estes se converterem em donos do empreendimento, mas também como alternativa de qualificação, atuação profissional, produção ecológica ou como via de recuperação de empresas privadas falidas.

Para esta forma de organização da economia centrada na valorização do trabalho humano e com valores opostos aos preconizados pelo capitalismo designa-se economia solidária. O termo economia solidário designa um conjunto diversificado de atividades econômicas de base associativa e autogestionária. Neste contexto, encontra-se o agricultor familiar, o qual precisa de apoio e incentivo para manter sua produção no mercado. Nesse sentido, o acesso a serviços de assessoria e capacitação técnica nos mais diversos aspectos que envolvem suas atividades torna-se fator fundamental para pensar-se a capacidade de organização e a viabilidade econômica desses empreendimentos (SILVA, 2020).

A agricultura Familiar estando inserida em um contexto onde encontram-se problemas a serem solucionados, para alavancar as produções e escoamento dos produtos, surgem entidades e organizações que valorizam e

reconhecem a importância de alimentos saudáveis advindo da agricultura familiar.

Silva (2020) afirma que, desde então, uma série de entidades passaram a apoiar diretamente os empreendimentos econômicos solidários (EES), com atuação tanto no meio rural quanto no meio urbano, exercendo posição de mediação entre conhecimentos e técnicas necessárias para sua viabilização. Este mesmo autor, vai falar ainda que, os serviços de assessoramento acessados pelos empreendimento são viabilizados em geral por meio de programas de apoio e parcerias firmadas com entidades de origem e natureza institucional bem diversa.

Neste contexto, Silva (2020, p. 155) discorre que:

Nessa perspectiva, a demanda por serviços diferenciados de apoio e assessoramento por parte dos coletivos de economia solidária justifica-se não apenas pela heterogeneidade socioestrutural que estes vivenciam tanto no seu ato de constituição quanto em seu cotidiano de funcionamento, mas também pelas próprias características fundamentais que distinguem os EES de outros tipos de organização econômica tradicional do mundo empresarial.

Nessas circunstâncias, destacam-se as Entidades de Apoio e Fomento à economia solidária (EAFs). Em geral, estas são estruturadas por organizações não governamentais (ONGs), universidades, movimentos sociais, centrais sindicais, fóruns nacionais e estaduais, instituições religiosas, entre outras (SILVA, 2020).

De forma geral, a agricultura familiar é também atendida por órgãos públicos de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), diferentemente dos médios e grandes produtores, que optam por serviços de empresas privadas (SANTOS et al., 2017).

Estudo de Santos et al (2017) mostrou que a maioria dos agricultores (82,14%) recebe assistência técnica/extensão de diversas entidades sempre que necessário, principalmente da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), universidade ou órgão federal, como a Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), e órgãos privados como o Sebrae. Do público pesquisado por Santos et al (2017), 69,6% se dizem satisfeitos ou muito satisfeitos com o serviço recebido.

Um destaque entre os órgãos governamentais de apoio é a participação da Emater, empresa estadual de assistência técnica que assessora

grande número de empreendimentos ligados à agricultura familiar em praticamente todo o Brasil. Sobre esta empresa, Rossés e Souza (2019, p. 1389) afirmam:

A partir da construção do seu processo de planejamento, a EMATER organiza suas práticas extensionistas levando em conta as demandas das comunidades, as negociações de convênios, as ações de diagnóstico, o traçado de cenários e os métodos de ação extensionista que permitam maior efetividade em termos de resultados.

Em um estudo desenvolvido por Rossés e Souza (2019), eles observaram que na EMATER predomina a racionalidade formal, que caracteriza as organizações burocráticas. Para esses dois autores:

Esta concepção de racionalidade pode ser mais bem explicada pelos temas que envolvem: os valores institucionais, o planejamento, a tomada de decisão, a autoridade, as regras e procedimentos, o recrutamento e seleção, a estrutura de incentivos, a divisão do trabalho e especialização e, por fim, os instrumentos de controle e avaliação (Rossés e Souza, 2019, p. 1382).

Silva (2020) destaca outra entidade de apoio, não menos importante, as Organizações Não Governamentais (ONGs). O papel de ONGs, que atuam geralmente em temáticas específicas, também foi importante na assessoria e no fomento dos EES no Brasil.

A respeito da contribuição das universidades SANTOS et al (2017) traz como exemplo a Universidade Rural da Amazônia (UFRA), ele afirma que, apesar de órgãos como UFRA e Embrapa serem de ensino e pesquisa, respectivamente, os agricultores os consideram como atuantes em extensão, graças à atuação de professores e pesquisadores, no sentido de promover a Agroecologia como norteadora para a transição de processos produtivos mais sustentáveis.

Outro fator importante, é a concessão dos créditos rurais para os pequenos agricultores. O Crédito Rural para Agricultura Familiar é um dos grandes responsáveis pela inclusão social de muitos agricultores, que antes eram esquecidos pelo sistema financeiro tradicional, às vezes por residirem no interior de pequenos municípios e muitas por movimentarem pequenas quantias de dinheiro (ZIGER, 2013).

Nesse contexto, destaca-se o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) como a principal política pública de crédito oferecida pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). O programa,

porém, é mais do que um instrumento de garantia de crédito aos produtores rurais. É também uma oportunidade para que os agricultores familiares coloquem em prática o seu projeto de desenvolvimento, suas expectativas de renda e de mudança de vida (ZIGER, 2013).

É importante também lembrar e ressaltar o sindicalismo, que se ergueu em meio a conflitos e iniciativas de organização locais e regionais. Picolotto (2011, p. 6) afirma que:

Nessa conjuntura criaram-se várias formas de organização, tais como ligas, associações, sociedades, uniões, irmandades e sindicatos. As diferentes denominações mais do que expressarem formas distintas de organização, referiam-se às situações de trabalho de cada categoria, às oportunidades políticas que se abriam, às orientações dos mediadores políticos que chegavam até eles ou ainda as denominações pejorativas que recebiam de adversários na luta política.

Nas iniciativas de organização destes segmentos sociais do campo destacou-se a atuação de mediadores políticos ligados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), à Igreja Católica e ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) (PICOLOTTO, 2011).

Ainda segundo Picolotto (2011, p. 68)

O sindicalismo dos trabalhadores rurais no Brasil foi criado, de forma efetiva, no início da década de 1960 na esteira da extensão de direitos trabalhistas para o campo durante o governo João Goulart. Por meio de duas Portarias do Ministério do Trabalho (Portaria 209-A, de 25 de junho de 1962 e Portaria 355-A, de 20 de novembro de 1962) deu-se início ao reconhecimento de direitos trabalhista e ao processo de sindicalização que seriam consolidados com a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural (Lei n. 4.214) em 1963.

Essas organizações de apoio desempenham um papel fundamental na promoção da segurança alimentar, na geração de empregos rurais e no combate à pobreza nas áreas rurais do país. Portanto, seu apoio contínuo e fortalecimento são essenciais para o sucesso da agricultura familiar no Brasil.

3 METODOLOGIA

Este capítulo irá abordar diferentes conceitos de diversos autores acerca do método de pesquisa adotado. Além dos conceitos, será descrito também os instrumentos para coleta de dados utilizados e a caracterização do público alvo da pesquisa.

3.1 Tipo de pesquisa

O método utilizado foi a pesquisa qualitativa. Neste método as informações ou dados coletados podem ser obtidos e analisados de várias maneiras dependendo do objetivo que se deseja atingir (KRIPKA, SCHELLER e BONOTTO, 2015). A pesquisa qualitativa não visa à quantificação, mas sim ao direcionamento para o desenvolvimento de estudos que buscam respostas que possibilitam entender, descrever e interpretar fatos (PROETTI, 2018).

Kripka, Scheller e Bonotto (2015), consideram que os estudos qualitativos se caracterizam como aqueles que buscam compreender um fenômeno em seu ambiente natural, onde estes ocorrem e do qual fazem parte.

Para Cyriaco *et al* (2017, p. 5)

A pesquisa qualitativa parte de questões amplas que vão se refinando ao longo do processo de coleta de dados. A maior contribuição da pesquisa qualitativa é buscar entender o significado que determinado fenômeno tem na vida das pessoas, preferencialmente no ambiente natural do sujeito, com o propósito de viabilizar uma compreensão neutra e dinâmica do ser humano.

Esta citação descreve o que de fato ocorreu durante a realização dessa pesquisa, que também objetiva entender a importância do apoio de entidades organizativas para a Agricultura Familiar na cidade de Santarém.

Para Proetti (2018, p. 7):

A pesquisa qualitativa é realizada normalmente no local de origem dos fatos (objetos de estudo) e tem por objetivo demonstrar os resultados pelo sentido lógico/coerente que eles apresentam, ou seja, o sentido lógico que resulta do tratamento científico empenhado pelo pesquisador. Esse tipo de pesquisa possibilita investigar os fatos e compreendê-los no contexto em que eles ocorreram ou ocorrem, pois o pesquisador vai a campo para levantamento e coleta de dados, analisa-os e pode entender a dinâmica dos fatos.

Estando em coerência com que descreve Proetti (2018), a autora deste trabalho aplicou sua pesquisa no ambiente em que os produtores fazem a comercialização de seus produtos, que ocorre na entrada do prédio Bloco Modular Tapajós II (BMT II), no interior da UFOPA campus Tapajós.

3.2 Público Alvo

Neste subtópico, será apresentado o público alvo utilizado para a realização dessa pesquisa, o qual consiste no grupo de produtores da feira da Agricultura familiar da Ufopa (FAF-Ufopa). Para falar do grupo de produtores, é relevante primeiramente apresentar o projeto extensionista da FAF-Ufopa, no qual os produtores estão inseridos.

Costa (2023) afirma que a FAF foi criada em junho de 2016, e funcionava na antiga unidade Amazônia, sendo uma ação do Projeto de Extensão Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários (Iecosol) em parceria com a Pró-reitoria de Cultura, Comunidade e Extensão (Procce). A feira atua como um canal de escoamento da variedade de produtos trazidos pelos produtores. A Feira funciona como um espaço de comercialização de circuito curto onde os consumidores têm acesso a produtos diretamente do produtor.

O projeto é composto por um grupo de agricultores de diferentes regiões do município de Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos. Para Costa (2023, p. 26):

Seu objetivo é proporcionar a integração entre comunidade acadêmica, público em geral e os agricultores familiares, estes oriundos de várias associações e cooperativas dos municípios de Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos, configurando uma possibilidade concreta de escoamento das suas produções e geração de renda.

A Feira da Agricultura Familiar da Ufopa é uma importante atividade de extensão universitária que vem se consolidando cada vez mais, por ofertar à comunidade produtos agroecológicos e para os produtores um importante canal de venda direta de sua produção (COSTA, 2023). Vale ressaltar que para estar consolidada hoje, o projeto da feira passou por etapas importantes. No início do projeto, a feira acontecia mensalmente. No ano seguinte passou a realizar-se às quintas feiras, como ainda ocorre. Assim a feira se manteve, até o ano de 2020, quando iniciou o processo de isolamento por conta da pandemia da COVID 19. Porém, com o intuito de não perder produção e manter a renda dos produtores,

a comercialização dos produtos passou a acontecer por meio de cestas, denominadas: Cesta Renovação e Cesta Confiança.

Costa (2023, p. 28) ressalta que:

Após o período de comercialização das cestas, um novo plano foi implementado que tinha como objetivo, a promoção de cursos de capacitação nos princípios da economia solidária, do comércio justo e solidário, além de cursos com enfoque mais técnico para o uso de ferramentas de planejamento e gestão das organizações produtivas, bem como comercialização online.

Havendo a liberação nacional para atividades presenciais, a feira também foi retomada no dia 23 de junho de 2022 de forma presencial na universidade, porém em novo local, na unidade Tapajós, atrás do prédio do Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação (CTIC). No segundo semestre de 2023, houve novamente mudança de local, para o local de funcionamento atual, entrada do BMT II, no mesmo campus.

Quanto aos produtores que constituem o projeto da FAF, Costa (2023, p. 36) afirma que:

Dos 16 produtores que integram o grupo, 12 são mais frequentes, sendo esses divididos da seguinte maneira: 1 produtora da Associação das Famílias da Casa Familiar Rural de Belterra (CFRB); 3 produtoras do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR); 5 produtoras da Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais (AMTR), sendo que 2 integram tanto o STTR, como a AMTR; 3 produtoras da Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Belterra (AMABELA); 1 produtora da Associação Indígena Patauí (AIPAPI); 1 produtor da Associação de Produtores Rurais de Santarém (APRUSAN); 1 produtora da Associação Flores do Campo; 2 produtores da Associação Pérola do Maicá (AMBAPEM); e 1 sem filiação. Desses produtores apenas 3 são do sexo masculino, a maioria são do sexo feminino, 13.

Um fator importante a destacar é que no projeto, recomenda-se que seja evitada ao máximo a venda de produtos repetidos, para evitar a concorrência entre o grupo. Sendo, os principais produtos comercializados na Feira são: hortaliças, frutas, plantas, produtos derivados da mandioca e da macaxeira e artesanato (COSTA, 2023).

Este público alvo foi escolhido como objeto de pesquisa, pelo fato de a autora já possuir um determinado tempo de convivência com o grupo de produtores durante o período de um ano que atuou como voluntária no projeto de extensão a qual eles estão inseridos, dentro da universidade. Além disso, devido estarem todas as quintas feiras realizando a feira na universidade, era um público de fácil acesso.

3.3 Instrumentos e técnicas utilizados na coleta dos dados

O instrumento para coleta dos dados e informações utilizados nesta pesquisa foi a aplicação de formulário. Para Oliveira *et al* (2016), o formulário é um dos instrumentos essenciais para a investigação social, cujo sistema de coleta de dados consiste em obter informações diretamente do entrevistado. Para o desenvolvimento dessa pesquisa a autora fez a aplicação de questionário diretamente com o grupo de produtores da feira.

O que caracteriza o formulário é o contato face a face entre pesquisador e informante e ser o roteiro de perguntas preenchido pelo entrevistador, no momento da entrevista (OLIVEIRA *et al*, 2016). O formulário aplicado estava com doze perguntas entre abertas e fechadas, sendo elas:

- Nome
- Faixa etária
- É filiado ao STTR?
- Está associado a alguma associação?
- Se sim, qual?
- É cooperado em alguma cooperativa?
- Se sim, qual?
- Quais as três principais entidades de apoio a AF na sua opinião?
- Qual o grau de importância dessas entidades de apoio para a sua atividade?
- Defina o grau de concordância com a afirmativa “O trabalho dessas entidades de apoio é fundamental para a atividade da AF na região”
- Tem alguma outra entidade que não foi citada entre as três mais importantes que você gostaria de citar? Qual?
- Tem algo que essas entidades citadas não fazem que você acha que poderia ser feito, pois é extremamente necessário? O quê?

Este formulário foi aplicado em um dia de feira na universidade, ou seja, em uma quinta feira. Neste dia havia um grupo de 10 produtores, e todos responderam o formulário. A autora realizou a aplicação, entre uma venda e outra dos produtores, sempre priorizando que eles atendessem seus clientes.

Este formulário possibilitou à autora cumprir seu objetivo de pesquisa que consiste em mapear as entidades de apoio à Agricultura Familiar em

Santarém, a partir do olhar dos produtores que participam da Feira da Agricultura Familiar da Ufopa. Mediante a aplicação do questionário, a autora irá fazer a análise dos resultados.

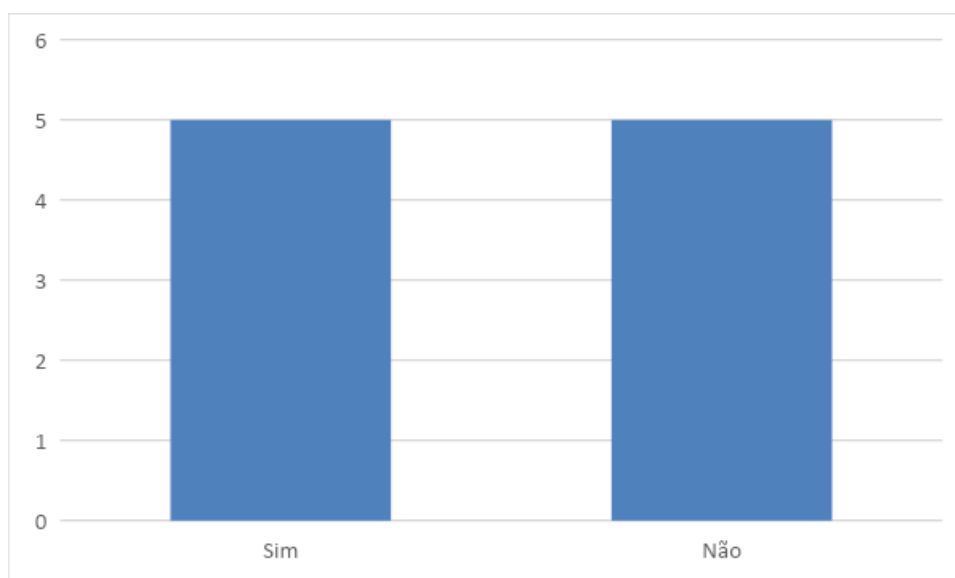
4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.

Neste capítulo serão apresentados os resultados obtidos após a realização da pesquisa, através de aplicação direta formulário, com o grupo de produtores da FAF - Ufopa, para isso a autora utilizará gráficos e tabelas na ilustração dos dados obtidos.

Como já foi pontuado pela autora, o formulário foi aplicado a 10 produtores. Começando a pesquisa todos forneceram seus nomes, os quais a autora irá se referir de P1 (produtor 1) ao P10 (produtor 10). Em seguida, questionados acerca de sua faixa etária, todos responderam por unanimidade que possuem entre 41 a 64 anos.

Em seguida partiu-se para identificação e compreensão dos vínculos com organizações coletivas. Primeiramente, questionou-se a filiação ao Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR). Os resultados mostram, Gráfico 1 a seguir, que 50 % está filiado e 50% não está filiado.

Gráfico 1 – Filiação ao STTR



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa

O STTR foi criado em Santarém em 1973, com o nome de Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR). Com 50 anos de luta em Santarém, o sindicato não apenas atua na defesa protocolar de demandas dos trabalhadores da classe rural, mas também na luta diária pela floresta em pé, na luta das mulheres do

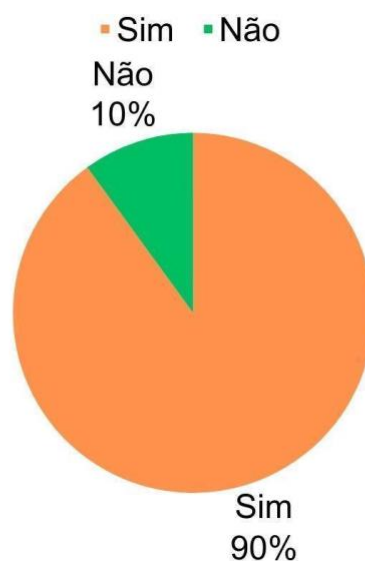
campo, na luta pelo bem viver, pela manutenção dos modos tradicionais de vida e pela reforma agrária.

Os sindicatos de trabalhadores rurais possuem o importante papel de representar e defender os direitos do trabalhador e da trabalhadora rural, na luta por conquistas trabalhistas e redução das desigualdades sociais no campo (SILVA *et al*, 2021). Destaca-se, ainda, que a presidente atual do sindicato, Ivete Bastos, é uma produtora que atua na Faf-Ufopa e está incluída no grupo entrevistado. Como já citado pela autora, o sindicalismo ergueu-se em meio a conflitos e iniciativas de organizações locais e regionais.

Silva *et al* (2021) afirmam que em meio a tantas dificuldades no âmbito rural, o associativismo/sindicalismo passou a ter maior importância, uma vez que representa um instrumento para a luta e conquista de objetivos comuns, de forma a trazer contribuições significativas para o desenvolvimento da cidadania, desenvolvimento da força da reivindicação, de pessoas que muitas vezes não conheciam seus benefícios. O STTR é um sindicato repleto de narrativas de enfrentamentos e de resistência, são histórias que inspiram a luta de outras organizações.

Além disso, Silva *et al* (2021) destacam que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais tem o papel de representar e defender os direitos do trabalhador e da trabalhadora rural, na luta em defesa dos direitos trabalhistas, no combate do trabalho infantil e escravo, da Previdência Rural, da Educação e Saúde para o campo, da Reforma Agrária e do Fortalecimento da Agricultura familiar.

A próxima pergunta, foi a respeito das associações, a autora perguntou individualmente ao grupo de produtores se eles estavam associados em alguma associação. A resposta obtida está no Gráfico 2 a seguir, no qual observa-se que a grande maioria, 90% está vinculado a alguma Associação. A importância de ser associado não está somente no fato de as associações proporcionarem benefícios aos associados, mas também deve-se observar a força que o grupo unido possui, juntos são mais resistentes e lutam mais pelos seus direitos, como afirma Santos e Cândido (2013) Com o passar do tempo, ficaram evidentes que a organização das pessoas em equipe, a fim de unir forças, resulta em grandes benefícios para a classe, na agricultura não é diferente.

Gráfico 2 – Participação em Associação

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa

O modo de cooperação entre um grupo de pessoas se baseia na ação conjunta, no trabalho coletivo de indivíduos associados livremente para pôr em marcha a obtenção de melhores condições econômicas, sociais, morais e civis, por meio de suas forças, para prestar, reciprocidade, uma série de serviços (SANTOS e CÂNDIDO, 2013).

Para Lima e Vargas (2015) a relação entre associativismo e agricultura familiar vem ganhando destaque nos mais diversos cenários rurais do País, principalmente pela forte competitividade que caracteriza a globalização da economia nos últimos anos. No Brasil o associativismo, especificamente entre os produtores rurais, se intensifica nos anos de 1980 em decorrência da crise econômica que fragilizou o funcionamento do modelo cooperativista nos moldes em que os produtores rurais (majoritariamente) poderiam participar (FAGOTTI, 2017).

Na agricultura, o papel desempenhado pelo associativismo é muito importante, haja vista a dificuldade que o agricultor se depara para a execução de suas atividades, seja pelo próprio sistema agrícola ou pela falta de incentivos, por parte dos poderes públicos, para o setor (SANTOS e CÂNDIDO, 2013).

Para Fagotti (2017, p. 15):

A incorporação das práticas associativas e cooperativas, organizadas por pequenos e médios agricultores no âmbito das políticas públicas, visa amplamente fomentar novas práticas de desenvolvimento, pelas quais o processo produtivo passa a compreender também – além dos

aspectos econômicos – as características culturais, sociais e políticas, criando uma ruptura com as visões setorialistas da sociedade.

Com relação a Associação de vínculo, observou-se os seguintes resultados: 3 na Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Belterra (Amabela); 2 na Associação de Moradores do Bairro Pérola do Maicá (AMBAPEM); 1 na Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Santarém (AMTR); 1 na Associação Flores do Campo; 1 na Associação Indígena Patauí (AIPAPI) e; 1 na Associação dos Produtores Rurais de Santarém (APRUSAN). Totalizando seis diferentes associações às quais os produtores estão associados.

Pode-se notar que a associação mais citada foi a Amabela, associação que surgiu em um contexto de resistência por um grupo de mulheres, que atuam no cuidado com o meio ambiente e com o empoderamento feminino e resiste até os dias de hoje. Outra associação que se repetiu por duas vezes foi a AMBAPEM, que tem por finalidade representar interesses individuais e coletivos dos associados, no âmbito administrativo e judicial, inclusive processual, organizando e incentivando seus associados, além de ajudar a contribuir para a efetividade e qualidade dos serviços públicos de conservação ambiental, urbanização, limpeza, segurança, transporte, água, luz, comércio, saúde, educação, entre outros; beneficiando as camadas de baixa renda da população.

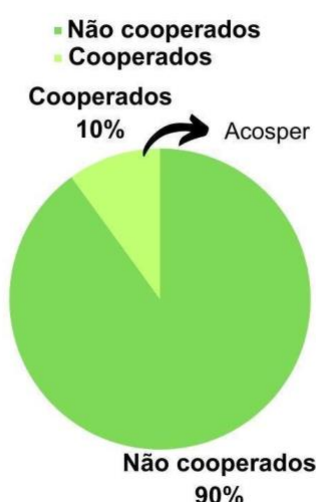
A AMTR, apesar de ter só uma representante, é uma associação muito importante, pois é formada por um grupo de mulheres, cujas atividades são pautadas na agroecologia, uma forma sustentável de utilizar a terra para cultivar os produtos respeitando a natureza. Esta se coloca como um modelo contra o agronegócio, pois além de gerar empregos dentro das comunidades, ela empodera e fortalece economicamente as mulheres, melhorando também a qualidade de vida das famílias. Como já pontuado pela autora, o apoio dessas associações é de extrema importância para os produtores.

Dando continuidade à pesquisa ainda no âmbito da vinculação organizativa, questionou-se a participação em cooperativas e o resultado está apresentado no Gráfico 3 a seguir. O resultado oposto ao vínculo Associativo, apenas 10% está cooperado a uma Cooperativa e 90% não estão, mostra que a forma de organização coletiva mais presente na nossa região ainda é o

Associativismo, não obstante os esforços, inclusive com estímulos de Políticas Públicas para ampliação do cooperativismo na região ele ainda é incipiente.

É importante distinguir associação de cooperativa, ambos possuem objetivos diferentes. Enquanto a associação tem por finalidade a promoção de assistência social, educacional, cultural, representação política, defesa de interesses de classe e filantropia, as cooperativas possuem a finalidade prestar serviços de interesse econômico e social aos cooperados, viabilizando e desenvolvendo sua atividade produtiva. Uma associação pode ser formada por no mínimo duas pessoas, enquanto a cooperativa precisa de no mínimo vinte integrantes.

Gráfico 3 – Participação em Cooperativa



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa

O cooperativismo, dentro da concepção de diversos autores, torna-se uma opção de superação de problemas e fortalecimento de muitas atividades produtivas, pois pode ajudar na conquista de melhores resultados, bem como na facilidade de inserção e participação mais ativa na economia (ANDRADE e ALVES, 2013).

Às cooperativas, em todas as áreas, tem sua grande importância pois contribui para a geração de renda, a criação e desenvolvimento de políticas e

iniciativas que contribuem para tornar a sociedade mais justa, esse pensamento é reforçado por Jacques e Gonçalves (2016, p. 493):

O setor cooperativo é de singular importância para a sociedade, na medida em que promove a aplicação de recursos privados e assume os correspondentes riscos em favor da própria comunidade na qual se desenvolve. Por representar iniciativas diretamente promovidas pelos cidadãos, é importante para o desenvolvimento local, especialmente nos aspectos de formação de poupança e de financiamento de iniciativas empresariais, que trazem benefícios evidentes em termos de geração de empregos e de distribuição de renda.

No contexto da produção rural, o cooperativismo surge como modo de inserção do produtor em um mundo globalizado e competitivo, pois sua forma de organização permite dividir os medos, as responsabilidades e as alegrias (ANDRADE e ALVES, 2013).

As cooperativas no meio rural são constituídas, majoritariamente, por produtores rurais associados, que buscam, com estas organizações, atender aos anseios relacionados às suas atividades (NEVES, CASTRO e FREITAS, 2019). Conforme a literatura, as cooperativas são uma forma ideal de organização das atividades socioeconômicas da humanidade. Juntas e cooperando, as pessoas trabalham coletivamente, rumo a um mesmo propósito para alcançarem satisfação (ANDRADE e ALVES, 2013).

Moraes e Schwab (2019) salientam que as cooperativas são organizações que desempenham um importante papel no contexto socioeconômico, na medida em que atuam apoiando seu desenvolvimento, principalmente das pequenas propriedades rurais, onde juntas reúnem forças para ganhar destaque e espaço no mercado competitivo.

Nessa circunstância Andrade e Alves (2013, p. 195) afirmam que:

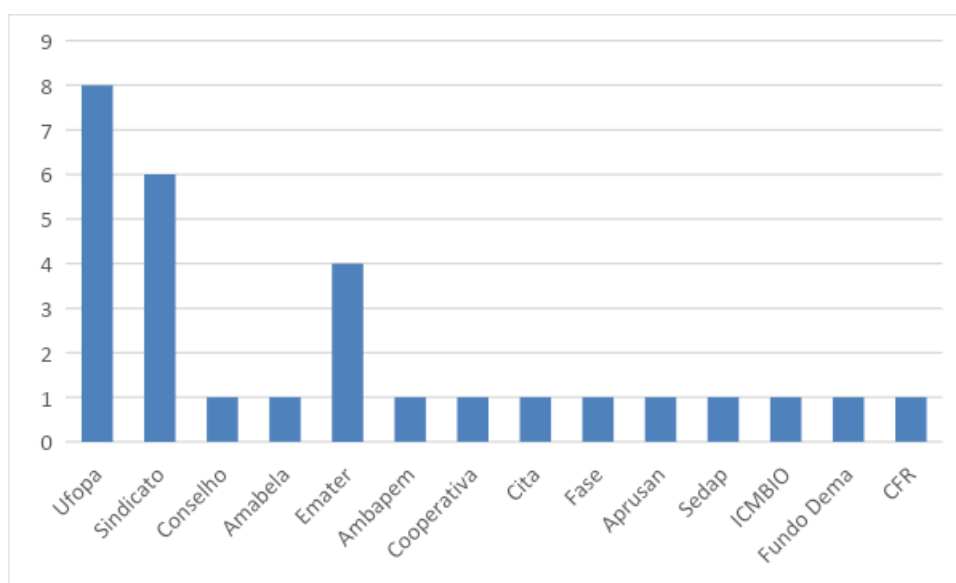
Nesse contexto, surge o pequeno agricultor familiar, na busca por fortalecer sua atividade produtiva, através do ingresso em associações e cooperativas. Uma vez que essa alternativa apresenta benefícios potenciais, como: o acesso a novas tecnologias, crédito, oportunidade de ingresso em mercados mais competitivos, vantagens fiscais, dentre outros

Diante desse cenário, Moraes e Schwab (2019), salientam que, assim sendo, o cooperativismo objetiva uma forma de organização das atividades socioeconômicas, onde juntos e cooperando as pessoas trabalham coletivamente, rumo a um mesmo propósito, evidenciando a geração de emprego, distribuição de renda e o desenvolvimento local. Perante todas as vantagens e benefícios das cooperativas, exposto pela autora, o resultado

gerado no gráfico acima é insatisfatório visto que o associativismo contribui grandemente com a organização e a socioeconomia dos cooperados.

Prosseguindo, o próximo questionamento aos produtores, foi a respeito das entidades de apoio a AF, eles precisaram apontar as 3 entidades que pontuaram serem as principais, e as respostas estão no Gráfico 4 a seguir.

Gráfico 4 – Organizações de apoio a AF



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa

Nota-se que para os produtores a Ufopa tem grande importância como apoiadora. Dos dez produtores entrevistados, oito citaram a Ufopa como uma das principais entidades de apoio à AF. Esse reconhecimento de importância está diretamente ligado à Feira da Agricultura Familiar ter também como sede, a universidade.

Silva (2019, p. 16) salienta que:

A comercialização, por meio da Feira da Agricultura Familiar da UFOPA, fortalece o papel da universidade - organização que promove ações através dos projetos de extensão - sendo preponderante ao incentivar os empreendimentos como associações e cooperativas a trabalharem de forma que, os objetivos econômicos sejam alcançados, a relação produtores e consumidores sejam fortalecidos, o ambiente institucional seja propenso a ampliação de novos acordos tanto formais como informais, e a confiança nos produtos seja elevada a partir da diminuição da incerteza - oportunismo.

Como organização que promove ações através dos projetos de pesquisa e extensão, a Universidade tem papel preponderante no incentivo aos empreendimentos e sendo impulsionadora do desenvolvimento local (SILVA, 2019, p. 16).

Em segundo lugar, a organização mais citada foi o STTR, reforçando o que já levantado anteriormente sobre o papel importante que os STTRs têm como defensores das causas dos agricultores familiares. Em terceiro lugar, a organização mais citada foi a Emater, ressaltando o papel fundamental que a principal executora de ater têm para o desenvolvimento da agricultura familiar.

Castro (2015) afirma que a assistência técnica oferecida pela Emater é gratuita e direcionada para agricultores familiares. Após a extinção da Embrater, o financiamento das Ematers ficou totalmente dependente dos governos estaduais e, graças à situação diferenciada da capacidade fiscal dos diferentes estados brasileiros, o funcionamento dessas instituições varia muito de estado para estado. As demais organizações foram citadas uma única vez, quais sejam: Amabela, Ambapem, Cita, Fase, Conselho, Cooperativa, Casa Familiar Rural (CFR).

Avançando, nas duas perguntas seguintes os produtores precisavam pontuar de 1 a 5, o grau de importância dessas organizações, a partir da resposta à seguinte pergunta: qual o grau de importância dessas entidades de apoio para a sua atividade? A resposta foi unânime, ou seja, todos avaliaram a nota 5, muito importante.

Logo a seguir tinha a seguinte afirmativa: “O trabalho dessas entidades de apoio é fundamental para a atividade da AF na região”, a resposta deveria ser dada com as notas de 1 a 5, onde 5 é “concordo totalmente” e 1 “discordo totalmente”. Novamente a resposta foi unânime, todos avaliaram nota 5, concordo totalmente.

Interrogados novamente sobre as entidades, eles foram questionados se além das três entidades apontadas como principais, gostariam de destacar mais uma, as respostas estão ilustradas na Figura 1 a seguir.

Dentre as entidades citadas, o Projeto Saúde e Alegria (PSA) se destacou, pois foi citado duas vezes. Desde 1985, o PSA atua em Santarém e em localidades próximas, e se mostra como um caso bem sucedido diante do grande alcance de influência doméstica e internacional por uma ONG (SANTOS,

2021). A entidade propõe-se, há 25 anos, desenvolver ações de prevenção e promoção da saúde por meio de estratégias de comunicação e educação, entrelaçadas nas diferentes formas culturais construídas por populações amazônidas (CORDEIRO, 2013). O PSA foi criado para suprir uma forte demanda de serviços assistenciais de saúde, educação, cultura e desenvolvimento econômico na região da Resex Tapajós Arapiuns, Unidade de Conservação localizada no Oeste do estado do Pará (SANTOS, 2021).

Figura 1 – Outras organizações de apoio



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa

A ONG PSA está organizada a partir de quatro grandes programas que favorecem a atuação da ONG em diferentes áreas da região amazônica e suas localidades. São eles: Saúde, Organização Comunitária, Economia da Floresta, e Comunicação Cultura e Educação (CORDEIRO, 2013). Dado que o projeto integra muitos dos conselhos decisórios locais, um dos principais fatores que contribuem para o grande êxito do PSA na região consiste no fato de ser ele composto por representantes das próprias comunidades atendidas (SANTOS, 2021).

Segundo a ONG, uma das iniciativas exitosas de gestão comunitária tem sido o mapeamento participativo para empreendimentos sustentáveis que contribuem concretamente para o reconhecimento das próprias localidades pelas populações que nelas habitam (CORDEIRO, 2013). Vale ressaltar que

esse projeto estimula atividades econômicas tradicionais e inovadoras com baixo impacto ambiental.

Para finalizar a pesquisa, questionou-se se havia algo que as entidades citadas ainda não fazem, mas que deveriam fazer e porque é importante. Como respostas obteve-se o que encontra-se descrito no Quadro 1 a seguir.

Quadro 1 – O que poderia ser feito pelas entidades de apoio?

P1	Cursos de capacitação e mais visitas nas áreas dos produtores
P2	Está satisfeita
P3	Acompanhamento técnico
P4	Realização de mais projetos, no intuito de obter mais visibilidade
P5	Dar mais apoio a AF em relação a qualidade e visibilidade
P6	Mais apoio em divulgação e visibilidade
P7	Não citou
P8	Mais apoio de maneira geral
P9	Mais assistência no transporte
P10	Mais assistência para a AF na região

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa

As respostas foram variadas, mas destaca-se o anseio por mais visibilidade para suas produções. E nesse sentido é válido ressaltar que a feira da AF da UFOPA possui uma página na plataforma *instagram* que foi criada e é manuseada pelos colaboradores do projeto de extensão, inclusive pela autora deste trabalho. Esta página possui a função de alcançar mais clientes para a feira, através de posts estratégicos. No dia que antecede a feira é publicado um *story* para que os clientes não se esqueçam. No dia da feira, logo bem cedo são publicadas diversas fotos dos produtos que estão disponíveis para consumo, assim os clientes são atraídos.

No âmbito interno foram pregados cartazes em todo o campus convidando a comunidade acadêmica a visitar a feira e houve a afixação de uma faixa da feira bem na entrada do campus. Toda essa mobilização trouxe

resultados positivos para a venda dos produtores. Além destas ações Costa (2023, p. 34) afirma que:

Uma ação de divulgação que abrange tanto o âmbito interno, quanto o externo, foi a Propaganda Volante que circula na região circunvizinha e também dentro da universidade, em seus variados prédios, lembrando que é dia de feira e convidando todos a participar. Assim, a feira vem ganhando mais visibilidade, se consolidando como um dos projetos de extensão mais representativos da universidade, aumentando seu faturamento e atraindo cada vez mais consumidores.

Todas essas ações contribuem para que a feira alcance grande visibilidade e como consequência os produtores aumentem suas vendas. No entanto essas estratégias foram adotadas pelo projeto de extensão da universidade, e como observado no quadro acima os produtores cobram por mais visibilidade, portanto é preciso que todas as entidades se mobilizem também para alcançar um público maior.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da pesquisa realizada é possível perceber a grande importância das entidades que apoiam a prática da agricultura familiar, para o grupo de produtores que compõem a FAF-Ufopa, o qual foi o principal alvo da pesquisa.

Após a análise dos resultados da aplicação do questionário, fica notório que os produtores entendem a importância do trabalho coletivo. Esta evidência pode ser identificada ao constatar que 50% dos produtores estão filiados ao STTR, ou seja, compreendem o importante papel desse sindicato de representação e luta na defesa dos direitos dos trabalhadores rurais. Não só do STTR, mas também entendem a importância de integrarem uma associação. Como é possível notar no gráfico 2, o qual mostra que 90% dos produtores que responderam o questionário estão associados em alguma associação voltada para a AF. A associação que se destaca é a Amabela, contendo três produtores associados. Esta associação é composta por um grupo de mulheres, que atuam no cuidado com o meio ambiente e com o empoderamento feminino.

Como enfatizado no decorrer deste trabalho, as entidades que apoiam a AF, são de extrema importância para o crescimento desse ramo de produção, através de todo suporte prestado aos pequenos produtores e pela visibilidade que atraem para os produtos saudáveis e ecológicos advindos da agricultura familiar. Ao investir na AF, com recursos financeiros, cedendo espaços, promovendo eventos e oficinas, as entidades estão de forma direta colocando em ênfase a valorização do cultivo da agricultura familiar. Todos esses meios utilizados contribuem no desenvolvimento e fortalecimento da AF.

Na presente pesquisa destacam-se três entidades de apoio, a saber: STTR, Emater e Ufopa. Essas entidades foram destacadas como as principais incentivadoras da AF na região. O STTR é um sindicato repleto de narrativas de enfrentamentos e de resistência, são histórias que inspiram a luta de outras organizações. Os sindicatos dos trabalhadores rurais possuem um papel importante no que diz respeito à representar e defender os direitos do trabalhador e da trabalhadora rural, na luta por conquistas

trabalhistas e redução das desigualdades sociais no campo. Quanto à Ufopa, o reconhecimento se dá por todo apoio prestado aos produtores e aos espaços concedidos para evidenciar a importância do cultivo e consumo de produtos saudáveis e ecológicos advindos da agricultura familiar. As universidades são instituições que possuem grande influência sobre a sociedade, com a promoção de ações através dos projetos de pesquisa e extensão, as universidades tornam-se grandes impulsionadoras do desenvolvimento regional. Em referência a Emater, vale destacar que este órgão oferece assistência técnica aos trabalhadores rurais, de forma gratuita. As empresas de assistência técnica visam fomentar a Agricultura Familiar, a partir do acompanhamento técnico e a capacitação dos agricultores.

O desenvolvimento da pesquisa limitou-se somente aos produtores que compõem a FAF-Ufopa por questões financeiras. Mas é necessário e pertinente que novas pesquisas acerca dessa temática sejam realizadas. É necessário que esta pauta seja colocada em evidência pela grande importância do avanço dessa prática.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTRO, César Nunes de. Desafios da agricultura familiar: o caso da assistência técnica e extensão rural. 2015.

CORDEIRO, Everaldo de Souza et al. Da teoria à prática: uma análise das ações da ONG Projeto Saúde e Alegria no Telecentro Comunitário de Suruacá no Rio Tapajós. 2013.

Costa, Letícia Silva da. A importância dos circuitos curtos de comercialização no fomento à agricultura familiar: um estudo de caso da FAF UFOPA ./ Letícia Silva da Costa. - Santarém, 2023.

CYRIACO, A. F. F. et al. Pesquisa qualitativa: conceitos importantes e breve revisão de sua aplicação à geriatria/gerontologia. **Geriatrics, Gerontology and Aging, Rio de Janeiro**, v. 11, n. 1, p. 4-9, 2017.

DA SILVA, Érika Lira et al. A importância da atuação dos sindicatos rurais: Um estudo no STTP, no município de Pombal-PB. **REVISTA INTERDISCIPLINAR E DO MEIO AMBIENTE (RIMA)**, v. 3, n. 1, p. e96-e96, 2021.

DO CARMO SANTOS, Daniel Silva et al. Desempenho de agricultores familiares na comercialização de produtos orgânicos e agroecológicos no estado do Pará. **Acta Biológica Catarinense**, v. 4, n. 2, p. 16-29, 2017.

DOS SANTOS, Luana Ferreira; FERREIRA, Marco Aurélio Marques; DE CAMPOS, Ana Paula Teixeira. Barreiras de desempenho e políticas públicas: análise em cooperativas de agricultura familiar. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 24, n. 77, 2019.

FAGOTTI, Licia Nara. Associativismo e agricultura familiar: reflexões sobre uma associação de produtores rurais no interior paulista. **REDD–Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, 2017.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Revista de economia e sociologia rural**, v. 52, p. 125-146, 2014.

JACQUES, Elidecir Rodrigues; GONÇALVES, Flávio de Oliveira. Cooperativas de crédito no Brasil: evolução e impacto sobre a renda dos municípios brasileiros. **Economia e Sociedade**, v. 25, p. 489-509, 2016.

LIMA, Antônia Francisca; DE ASSIS SILVA, Edvânia Gomes; DE FREITAS IWATA, Bruna. Agriculturas e agricultura familiar no Brasil: uma revisão de literatura. **Retratos de Assentamentos**, v. 22, n. 1, p. 50-68, 2019.

LUVEZUTE KRIPKA, Rosana Maria; SCHELLER, Morgana; DE LARA BONOTTO, Danusa. Pesquisa documental na pesquisa qualitativa: conceitos e caracterização. **Revista de Investigaciones de la UNAD**, v. 14, n. 2, 2015.

LUVEZUTE KRIPKA, Rosana Maria; SCHELLER, Morgana; DE LARA BONOTTO, Danusa. Pesquisa documental na pesquisa qualitativa: conceitos e caracterização. **Revista de Investigaciones de la UNAD**, v. 14, n. 2, 2015.

MAIA, Marta Andrade; ALVES, Daniela Cristina. Cooperativismo e Agricultura Familiar: um estudo de caso. **Revista de Administração IMED**, v. 3, n. 3, p. 194-208, 2013.

MATTEI, Lauro. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 45, n. 5, p. 83-92, 2014.

OLIVEIRA, José Clovis Pereira de et al. O questionário, o formulário e a entrevista como instrumentos de coleta de dados: vantagens e desvantagens do seu uso na pesquisa de campo em ciências humanas. In: **III Congresso Nacional de Educação**. 2016. p. 1-13.

OLIVEIRA, José Clovis Pereira de et al. O questionário, o formulário e a entrevista como instrumentos de coleta de dados: vantagens e desvantagens do seu uso na pesquisa de campo em ciências humanas. In: **III Congresso Nacional de Educação**. 2016. p. 1-13.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. As mãos que alimentam a nação: agricultura familiar, sindicalismo e política. **Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro**, 2011.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil. **Revista de economia e sociologia rural**, v. 52, p. 63-84, 2014.

Pró-Reitoria de Extensão. Associativismo. Santa Maria, RS: Incubadora Social, 2015.

PROETTI, Sidney. As pesquisas qualitativa e quantitativa como métodos de investigação científica: Um estudo comparativo e objetivo. **Revista Lumen-ISSN: 2447-8717**, v. 2, n. 4, 2018.

ROSSÉS, Gustavo Fontinelli; DE SOUZA, Renato Santos. Um estudo sobre a racionalidade nas organizações de Extensão Rural: O caso da Emater. **Revista em Agronegócio e Meio Ambiente**, v. 12, n. 4, p. 1373-1394, 2019.

SANTOS, Samay Gomes Rocha Lima. Redes de Advocacy Transnacional na Amazônia: O Projeto Saúde e Alegria. **Revista Perspectiva: reflexões sobre a temática internacional**, v. 14, n. 26, 2021.

SCHNEIDER, Sergio; CASSOL, Abel. Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e algumas implicações para políticas públicas. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 31, n. 2, p. 227-263, 2014.

SILVA, Sandro Pereira. Entidades de apoio e fomento à economia solidária no Brasil: uma análise exploratória. 2020.

ZIGER, Vanderley. O Crédito Rural e a Agricultura Familiar: desafios, estratégias e perspectivas. **Download do Site da Cresol**, 2013.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
REITORIA
SISTEMA INTEGRADO DE BIBLIOTECAS

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

1. Identificação do autor

Nome completo: Eliandra Silva dos Santos

CPF: 70066641284 Rg: 7740051 Telefone: (93) 992264025

E-mail: elisilva9908@gmail.com

Seu e-mail pode ser disponibilizado na página de rosto?

(X) Sim () Não

2. Identificação da obra

(X) Monografia () TCC () Dissertação () Tese () Artigo científico () Outros: _____

Título da obra: ENTIDADES DE APOIO A AGRICULTURA FAMILIAR: UM ESTUDO COM

OS PRODUTORES DA FEIRA DA AGRICULTURA FAMILIAR DA UFOPA

Programa/Curso de pós-graduação: _____

Data da conclusão: 28 / 10 / 2024.

Agência de fomento (quando houver): _____

Orientador: Zilda Joaquina Cohen Gama dos Santos

E-mail: Zilda.santos@ufopa.edu.br

Co-orientador: _____

Examinadores: Zilda Joaquina Cohen Gama dos Santos

Luiz Gonzaga Feijão da Silva

Giselle Alves da Silva

3. Informação de disponibilização do documento:

O documento está sujeito a patentes? () Sim (X) Não

Restrição para publicação: () Total () Parcial (x) Sem restrição

Justificativa de restrição total*: _____

4. Termo de autorização

Autorizo a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) a incluir o documento de minha autoria, acima identificado, em acesso aberto, no Portal da instituição, no Repositório Institucional da Ufopa, bem como em outros sistemas de disseminação da informação e do conhecimento, permitindo a utilização, direta ou indireta, e a sua reprodução integral ou parcial, desde que citado o autor original, nos termos do artigo 29 da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, e da lei 12.527 de novembro de 2011, que trata da Lei de Acesso à Informação. Essa autorização é uma licença não exclusiva, concedida à Ufopa a título gratuito, por prazo indeterminado, válida para a obra em seu formato original.

Declaro possuir a titularidade dos direitos autorais sobre a obra e assumo total responsabilidade civil e penal quanto ao conteúdo, citações, referências e outros elementos que fazem parte da obra. Estou ciente de que todos os que de alguma forma colaboram com a elaboração das partes ou da obra como um todo tiveram seus nomes devidamente citados e/ou referenciados, e que não há nenhum impedimento, restrição ou limitação para a plena validade, vigência e eficácia da autorização concedida.

Santarém, 05 / 11 / 2024.

Assinatura do autor

5. Tramitação no curso

Secretaria / Coordenação de curso

Recebido em ____/____/____. Responsável: _____

Siape/Carimbo